

Empréstimo do FAT vai socorrer Saúde

ISABEL DE PAULA

BRASÍLIA — Depois de três meses de divergências, os ministros Adib Jatene (Saúde), Pedro Malan (Fazenda) e José Serra (Planejamento) anunciaram ontem que o Governo tomará um empréstimo emergencial de R\$ 250 milhões por mês, provavelmente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para socorrer o setor de saúde. O empréstimo, que totalizará R\$ 1,5 bilhão até o fim do ano, deverá ser pago com os recursos de nova tributação sobre a venda de cigarros e bebidas alcoólicas.

Até o fim da tarde de ontem Jatene ainda não tinha sido informado sobre a proposta, apresentada pelo suplente de Serra no Senado, senador Pedro Piva (PSDB-SP). Depois de um encontro com Malan, de manhã, e com Serra à tarde, Jatene ainda dizia acreditar que a solução para a crise financeira da saúde seria a volta do IPMF, o imposto sobre cheques, como contribuição (CPMF).

— O ministro da Fazenda apóia a CPMF e espera sua aprovação — ressaltou Jatene.

O ministro explicou que a alternativa emergencial seria negociar o empréstimo até setembro, quando o Governo já teria um sinal positivo do Congresso em relação à aprovação da contribuição sobre cheques. Com os recursos do IPMF, o empréstimo seria quitado.

— Até aqui o ministro Serra não encontrou uma alternativa satisfatória, o que me permite acreditar que ele aceite a proposta do IPMF — disse Jatene ao sair do encontro com o minis-

tro do Planejamento.

Jatene chegou a lembrar que o sinal verde para negociar a volta do IPMF no Congresso fora dado pelo próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, que prometeu tomar a frente nas conversas com a equipe econômica e com os políticos. O apoio do presidente foi dado depois de uma reunião com Jatene, com os secretários estaduais de Saúde e com os governadores que aderiram à campanha pró-IPMF para a saúde.

Com os R\$ 250 milhões mensais, o Ministério da Saúde espera pagar no início de setembro o reajuste de cerca de 40% dos valores dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a partir deste mês — retroativo, portanto, a 1º de julho. Serra dizia que o reajuste é necessário, mas que para isso o Governo precisa ter uma perspectiva de pagamento do empréstimo.

— Estamos trabalhando nos últimos meses em busca de uma fonte de financiamento da saúde. O IPMF só é válido se não encontrarmos outra solução — disse Serra.

Ao contrário do IPMF — imposto que precisa ser aprovado um ano antes de sua vigência — a contribuição pode vigorar 90 dias após sua aprovação. Os preços da rede estão congelados desde julho de 1994.

Entre os exemplos do que pode ser feito com a nova forma de financiamento da Saúde, Jatene citou o valor da consulta, que deve aumentar de R\$ 2 para R\$ 4. Como são feitas 34 milhões de consultas por mês, haverá uma diferença, a ser coberta, de R\$ 68 milhões. (Colaborou Eliane Oliveira)